



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REUNIÃO DE COMISSÃO  
E LEGISLAÇÃO

2000 106 116

Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da República

**REQUERIMENTO** Nº 1482/VIII/1ª (AC)

**Apresentado por:** Deputado Fernando Santos Pereira  
**Assunto:** Traçado do IC14 (Apúlia - Barcelos - Braga)  
**Data:** 16.06.2000

Na definição do traçado do IC14 que ligará Apúlia - Barcelos - Braga, foi efectuada uma Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

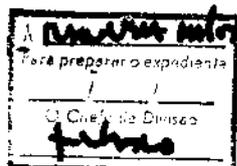
*Essa Avaliação veio a concluir que «perante a agressividade dos impactes socio-económicos previstos, os mesmos são determinantes para que o parecer não seja favorável, devendo proceder-se à remodelação do projecto com vista à apresentação de novos corredores alternativos, cujos traçados minimizem os impactes previamente identificados ...»*

O Governo Socialista, que através dos Institutos que tutela aceitou os traçados, foi obrigado a dar a razão às populações que claramente se revoltaram contra as soluções propostas.

Ficou igualmente a saber-se através da AIA que o Instituto das Estradas de Portugal (IEP) fora da consulta do público e sem acompanhamento da necessária análise ambiental apresentou em finais de 1999 (ofício nº 2318, de 16 de Dezembro) uma Nota Técnica referente à travessia da povoação de Carvalhal (solução A) e foi também posteriormente entregue na Direcção Geral do Ambiente cartografia de nova alternativa, acompanhada de fotografia aérea.

Significa isto que à margem do período previsto legalmente para as populações se pronunciarem, houve tentativas de ir «remendando» soluções para este caso.

Sobre estes actos o Governo em nome do respeito da legalidade e da transparência nada disse.





## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Importa salientar que após o parecer desfavorável às soluções de traçado apresentadas no início de Fevereiro não resultou ainda muito claro se o Ministério do Equipamento Social acatou essa mesma determinação e se tem em curso a definição de novas alternativas para o problema.

Foi nesta, talvez aparente, inércia - pelo menos exteriormente - que os barcelenses foram recentemente surpreendidos por declarações do Deputado Socialista João Lourenço que afirmou no final do mês de Maio que já existe um traçado novo « *que é um só, que faz a ligação do trajecto da alternativa A com alternativa B. Segundo aquele Deputado, o projecto que agora será apresentado ao Ministério do Ambiente será um projecto único com o traçado da alternativa A até à freguesia do Carvalhal e será o traçado da alternativa B a partir de Alvelos. Isto é, entre Carvalhal e Alvelos que são duas freguesias adjacentes uma à outra, haverá uma alteração no trajecto que vai fazer a ligação do trajecto A com o trajecto B.* »

Concluiu João Lourenço à comunicação social que « *o projecto está pronto. Não sei se já foi apresentado ou não. O que eu tenho a certeza é que está feito e que já o vi. Disseram-me na ocasião que seria apresentado ao Ministério do Ambiente brevemente. Eu julgo que já deve ter sido entregue ao Ministério do Ambiente* » .

Tais declarações vieram colocar em sobressalto as populações das freguesias afectadas que aguardavam tranquilamente soluções das entidades competentes, e começam a relacionar muitos factos nomeadamente como o descrito 4º parágrafo deste Requerimento.

Face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis solicito ao Governo através do Ministério do Equipamento Social os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Estão efectivamente já estudadas novas alternativas para os traçados?
- 2 - Essas alternativas contêm a necessária análise ambiental?
- 3 - Será promovida uma nova consulta pública?
- 4 - Tem participado o citado Deputado na elaboração dessas alternativas?
- 5 - Se participou , ou foi convidado para participar, qual o critério para essa metodologia?



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6 - Se participou é verdade que lhe foram exibidos projectos para conhecimento?

7- Se foram exibidos quais as razões que fundamentam esse acto e a não existência desse procedimento com outros Deputados, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, Comissões de defesa existentes nas freguesias envolvidas ?

8 - Entende o Senhor Ministro serem correctos estes métodos de trabalho, isto é, andarem a ser "informalmente" divulgados documentos que têm os seus locais e momentos próprios de apresentação?

9 - Quais as diligências que o Senhor Ministro vai tomar relativamente a esta matéria.

10 - Qual a situação actual do processo e a programação cronológica que o Governo tem para a execução do IC14?

O Deputado

(Fernando Santos Pereira)